



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**RIO DE JANEIRO
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**RIO DE JANEIRO
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

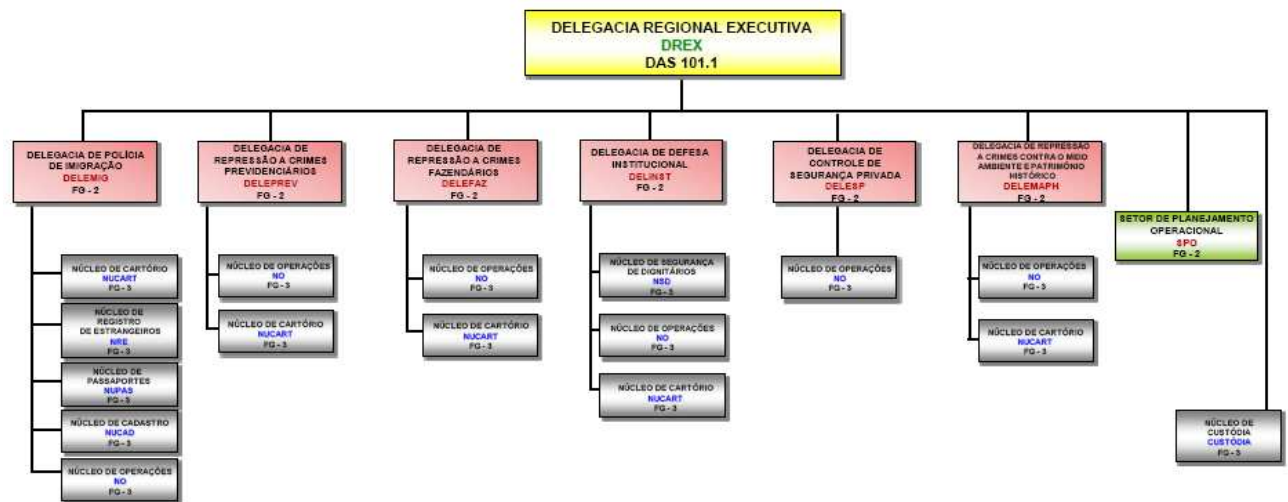
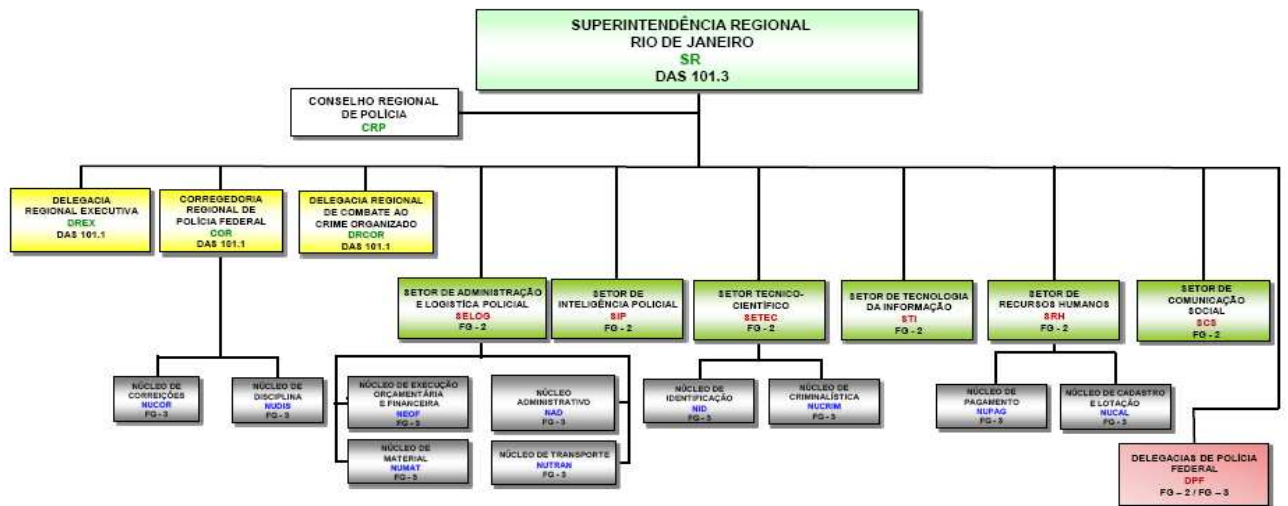
CGU – Controladoria-Geral da União
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)
DEAIN – Delegacia de Polícia Federal no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro
DLOG – Diretoria de Logística e Administração Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/ARS – Delegacia de Polícia Federal em Angra os Reis/RJ
DPF/GOY – Delegacia de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes/RJ
DPF/MCE – Delegacia de Polícia Federal em Macaé/RJ
DPF/NIT – Delegacia de Polícia Federal em Niterói/RJ
DPF/NIG – Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu/RJ
DPF/VQR – Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda/RJ
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
n/a – não aplicável
n/d – não disponível
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
RJ – Rio de Janeiro
SELOG – Setor de Logística e Administração Policial
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SR – Superintendência Regional
SR/DPF/RJ – Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

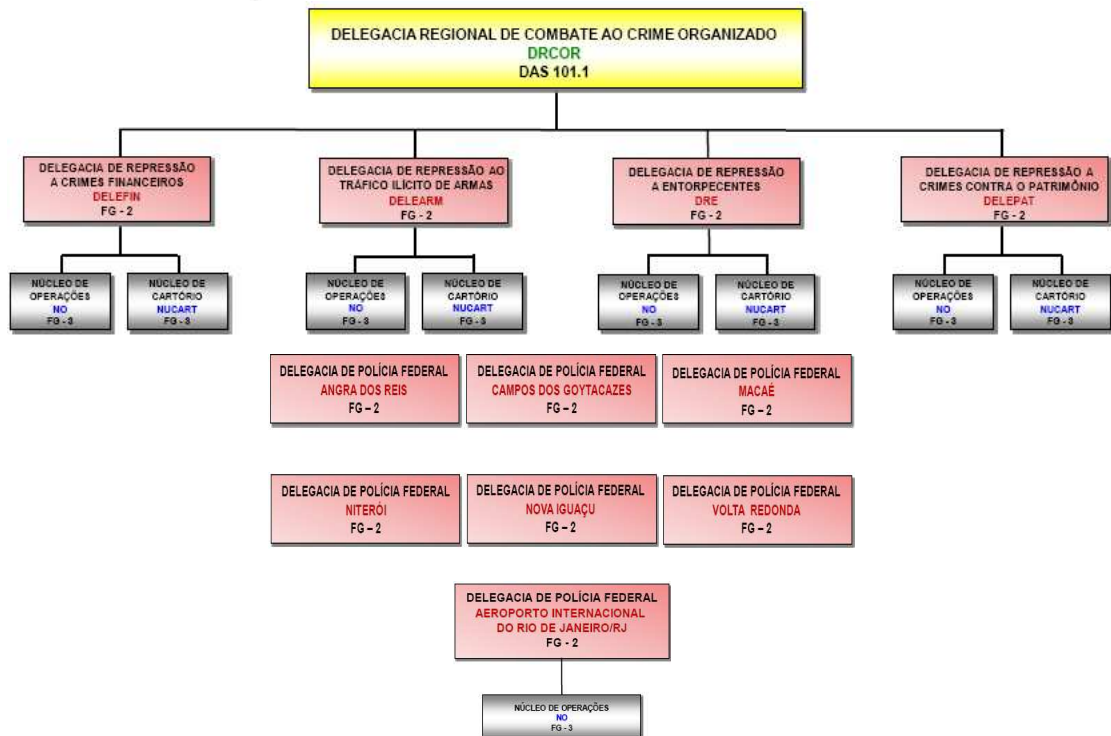
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	5
INTRODUÇÃO	7
A- CONTEÚDO GERAL	9
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	9
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	9
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	10
2.1) Responsabilidades institucionais	10
2.1.1) Competência institucional	10
2.1.2) Objetivos estratégicos	10
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.	11
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	11
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão:	12
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	13
2.3.1.3 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade	15
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	15
2.3.1.4 – Programa 0750 – Apoio Administrativo	17
Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	17
2.3.1.5 – Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal	18
Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	18
2.3.1.6 – Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	19
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	20
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	21
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	21
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	21
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.	23
2.4.3) Indicadores Institucionais	26
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	29
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	30
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	30
4.2) Análise Crítica	30
Dos Restos a Pagar processados em 31/12/2010 existe o saldo de R\$ 3.544,75 pela UG 200356, da nota de empenho 2008NE000171, para o qual foi solicitado seu cancelamento para Coordenação de Orçamento e Finanças (COF).	30
5. RECURSOS HUMANOS	31
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	31
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010 31	
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	32
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	32
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 32	

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	32
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	32
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	32
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos.....	33
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	33
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	34
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	34
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	34
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	35
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	36
6. TRANSFERÊNCIAS	36
7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	36
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	36
8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	39
8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	39
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	39
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	40
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	40
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	40
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros...40	40
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	41
9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade.....	41
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	42
10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	42
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	42
11. INFORMAÇÃO SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ, BEM COMO SOBRE AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL VOLTADAS PARA A AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	47
12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	47
12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício	47
Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.....	47
12.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício	47
Não ocorreram deliberações do TCU.....	47
12.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	54
Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final de 2010.	54
CONCLUSÃO	54
ANEXOS	55
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL COM RESSALVA.....	56

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



OBS.: A SRV/DFRJ TEM EM SUA COMPOSIÇÃO A DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA MARÍTIMA - DEPOM, SUBORDINADA À DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA-DREX (ART 4º DO RIDPF).



As competências e atribuições abaixo discriminadas constam do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pelo Ministro de Estado da Justiça através da Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada no DOU nº 225, de 25 de novembro de 2009;

“Art. 24. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I – planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II – administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III – propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais;

IV – executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V – apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI – promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

Art. 25. Os Conselhos Regionais de Polícia, presididos pelos respectivos Superintendentes Regionais, são entidades consultivas destinadas a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito de cada Superintendência Regional, e a opinar nos assuntos de relevância institucional.

Art. 27. Às Delegacias, Setores, Núcleos e CIAPA, competem:

I – planejar, coordenar, controlar, executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;

II – executar operações policiais específicas, e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso;

III – cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e

IV – dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas, e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores”.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 e da Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja:

Informações de identificação da unidade jurisdicionada;

Planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade;

Movimentação e saldos de restos a pagar;

Recursos humanos da unidade;

Funcionamento do sistema de controle interno da UJ;

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros;

Gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ;

Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 2.41.1, 2.4.1.2, 2.4.1.3, 2.4.2.1 e 6, da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 12.1, 12.4, 15 e 16 do anexo II da DN TCU nº 107/2010, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro está estruturada em dezoito (18) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por sete (06) Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas, assim localizadas: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu e Volta Redonda, além Delegacia de Polícia Marítima –DEPOM, subordinada à Delegacia Regional Executiva.

Compõe a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, subordinadas a Delegacia Regional Executiva e Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, subordinadas a

Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado), Corregedoria Regional de Polícia Federal, além de sete (7) Setores (Setor de Planejamento Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Além das unidades descritas acima, está subordinado à Superintendência Regional da PF no Rio de Janeiro o Posto Temporário em Petrópolis, conforme dispõe a Portaria nº 49/2008-DG/DPF, de 13/02/2008, publicada no BS nº 30, de 14/02/2008

Cabe ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro é composto, segundo dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE, por 92 (noventa e dois) municípios, com uma área territorial de 43.780,157 km² (quarenta e três mil, setecentos e oitenta quilômetros quadrados), possui uma população de 15.993.583 (quinze milhões, novecentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e três) habitantes, ocupando o lugar de segunda maior economia do Brasil, atendida por 2.049 (duas mil e quarenta e nove) agências de instituições financeiras. Com uma economia diversificada o parque industrial é composto por segmentos da metalurgia, siderurgia, gás-química, petroquímica, naval, automobilística, audiovisual, cimenteira, alimentícia, mecânica, extração de petróleo entre outros, representando uma participação no PIB nacional de 12,6%.

No turismo, segundo o sítio do Ministério do Turismo, o Rio de Janeiro é hoje o destino brasileiro mais visitado por turistas estrangeiros em busca de lazer tendo recebido, em 2010, mais de 12 (doze) milhões de turistas nacionais e 02 (dois) milhões de internacionais, o que representou mais de 30% (trinta por cento) de todo turismo nacional no ano.

Principais realizações da gestão no exercício:

Como resultado dos trabalhos do Departamento de Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

Considerando que 2010 foi um ano eleitoral, a estratégia de atuação da Superintendência Regional no Rio de Janeiro moldou-se em priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público, não deixando de canalizar esforços também no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Das operações em comento destacamos aquelas destinadas a combater a exploração ilegal dos jogos de azar, que resultaram no fechamento de diversas casas de bingo e na apreensão de mais de 3.600 (três mil e seiscentos) máquinas de caça-níquel, representando um acréscimo de 675% (seiscentos e setenta e cinco por cento) nessas apreensões de 2009 para 2010.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 6.926 (seis mil, novecentos e vinte e seis) Inquéritos Policiais, relatados 9.475 (nove mil, quatrocentos e setenta e cinco) e ficaram em aberto (em andamento) 20.178 (vinte mil, cento e setenta e oito) IPL's.

Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ:

Podemos citar como principais dificuldades da UJ para realização dos objetivos o reduzido efetivo no que tange ao quadro de servidores da atividade meio (servidores do plano especial de cargos), além da redução da dotação orçamentária destinada à administração da unidade em relação ao exercício anterior, como podemos verificar no quadro comparativo abaixo:

UG	PI	ND		COTAS 2009 R\$	COTAS 2010 R\$
200356	702T-09	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	500.000,00	600.000,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.400.000,00	2.000.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	500.000,00	840.000,00
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	600.000,00	580.000,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.085.000,00	7.005.000,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	5.000.000,00	3.800.000,00
		Total – Tesouro		15.085.000,00	14.825.000,00

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Rio de Janeiro			
Código SIORG: 001139		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200047
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(021) 2203-4001	(21) 2203-4410	(021)2203-4414
E-mail gab.srrj@dpf.gov.br			
Página na Internet: : http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rodrigues Alves, nº 01 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP 2008-/250			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR/DPF/RJ: Port. 527/64, BS. 245, de 24/12/64 - Criada como Delegacia Regional “A” no Rio de Janeiro. Dec. 70.665/72, DOU. 104/72 - Transformada em Superintendência Regional. Port. 018, de 24/02/75, BS. 37, de 22/05/75 - Muda a denominação da Superintendência Regional da Guanabara para Superintendência Regional do Rio de Janeiro. FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Utilização do Sistema SISCART – Sistema Cartorário			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200356	SR/DPF/RJ – Administração da Unidade		
200357	SR/DPF/RJ - Fundo p/ aparelham. e operacionalização da atividade fim da Polícia Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI das Unidades Gestoras		Código SIAFI da Gestão	
200356		00001	
200357		00001	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência do Rio de Janeiro exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição. Os elementos de conjuntura para a tomada de decisão englobaram a determinação da Direção Geral do DPF, com o apoio do Governo Federal, em combater a corrupção, o tráfico ilícito de entorpecentes e combate aos fatores que diminuem a arrecadação fiscal do País, dentre outros, além de aumentar a segurança da população. Para tanto, procurou-se estruturar a UJ de modo que os servidores tenham adequadas condições de infraestrutura para cumprir as funções constitucionais.

2.1.2) Objetivos estratégicos

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos para instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão, buscando a adesão e inserção de suas unidades no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, recebendo deste Ministério a certificação do nível de gestão baseado no modelo Gespública. O reconhecimento é fruto das autoavaliações realizadas em maio de 2010 nas 27 superintendências da PF e na Academia Nacional de Polícia.

- ✓ Combate à Corrupção, que culminou com a deflagração de diversas operações, sempre ombreada com os órgãos de controle (TCU, CGU, MPF, AGU e outros), visando coibir a prática desse crime e recuperar a confiança da população brasileira no que tange às instituições democráticas constituídas;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Cabe destacar ainda que em novembro de 2010, através da Portaria 1990/2010-DG/DPF, a Direção Geral do DPF instituiu o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, tendo como atribuições, dentre outras: coordenar as atividades da gestão estratégica; propor e orientar a implantação da Metodologia de Gestão Estratégica da Polícia Federal – MGE/PF, promovendo sua constante atualização e disseminação; propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários; orientar as unidades centrais e descentralizadas acerca da utilização da MGE/PF; dentre outras.

Ademais, vale dizer, que toda atuação da instituição se foca no atendimento da sua MISSÃO institucional que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência do Rio de Janeiro priorizou a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. As operações de repressão a crimes de: contrabando, tráfico de entorpecentes e armas, contra o patrimônio público, crimes ambientais, tráfico de seres humanos, pedofilia, foi realizado trabalho em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, foi dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - IBAMA, INSS, DNPM, COAF, ANATEL e MINISTÉRIO DO TRABALHO, dentre outros.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado.

O planejamento e a execução das operações foram desenvolvidos no âmbito da Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro do Departamento da Polícia Federal (SR/DPF/RJ), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal está inserida no OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

Para atingir o objetivo supracitado pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio denominado “Brasil sem violência”, uma das metas do plano de governo, tendo a Direção Geral da Polícia Federal, através do Centro Integrado de Gestão Estratégica, eleito os seguintes objetivos institucionais e ações estratégicas:

- Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica: Planejamento estratégico – Gestão de processos – Gestão de projetos – Avaliação de desempenho – Modelagem organizacional – Gestão do conhecimento – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação – Garantia da segurança institucional;
- Valorizar o Servidor: Gestão por competência - Assistência à saúde do servidor;
- Ampliar a Credibilidade Institucional: Proteção da imagem institucional - Difusão da comunicação interna e externa - Desenvolvimento da responsabilidade socioambiental;
- Reduzir a Criminalidade: Prevenção à criminalidade – Repressão a organizações criminosas – Atuação policial em grandes eventos – Gestão da qualidade da prova – Aperfeiçoamento dos procedimentos de polícia judiciária – Efetivação de mecanismos de análise e inteligência policial;
- Promover a Cidadania: Defesa dos direitos humanos – Otimização dos serviços ao usuário/cidadão – Individualização do cidadão – Controle regulatório e fiscalizatório;
- Incrementar os Acordos e Parcerias: Alianças internacionais – Cooperação nacional;
- Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais: Gestão de obras e infraestrutura – Racionalização da gestão logística;
- Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação: Alinhamento da TI à gestão policial – Melhoria da infraestrutura e serviços de TI e telecomunicações;
- Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico: Gestão orçamentária e financeira – Uniformização orçamentário-financeiro-contábil.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão:

Visando cumprir as diretrizes da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal, tomando-se por base os objetivos institucionais e ações estratégicas listados no tópico acima, a Superintendência no Rio de Janeiro adotou ao longo do exercício de 2010 uma política de austeridade no que tange à utilização dos recursos destinados à administração da unidade, onde podemos destacar:

- * Redução do número de postos de trabalho nos (aditivos de supressão) contratos administrativos de terceirização de mão-de-obra;
- * Controle efetivo da utilização das linhas telefônicas, através do cadastramento de senhas pessoais/institucionais, somente para servidores efetivos, além da utilização de canais de voz e dados para comunicação com as demais unidades (SKYPE, CHAT, MESSENGER, VOIP, e-mail's);
- * Controle e redução no consumo/gasto com energia elétrica, com ações de conscientização dos servidores para uso racional desse recurso;
- * Redução no consumo e utilização de água encanada com a reforma das instalações hidro-sanitárias;
- * Redução no gasto com passagens aéreas e diárias, respeitando os prazos mínimos previstos em decreto para aquisição das passagens e estabelecendo como prioridade o atendimento às operações permanentes;
- * Maior rigor e efetivo controle na utilização das viaturas, reduzindo o consumo de combustível e o custo com a manutenção das mesmas;

* No que tange ao bem estar do servidor, buscou-se a conclusão das obras de reformas já iniciadas em alguns setores (SRH, SETEC, NUCRIM, NID) visando proporcionar os servidores e usuários melhores condições de trabalho, saúde e higiene;

* Quanto ao aspecto operacional, buscou-se maior aproximação com os órgãos de segurança pública que atuam no âmbito do estado do Rio de Janeiro, que culminou com a prisão de diversos criminosos e apreensão de drogas e armas, listadas ao longo deste relatório, e nas ações específicas;

* Cabe destaque ainda as ações desenvolvidas no exercício 2010 que culminaram com a deflagração da operação GUILHOTINA logo no início do exercício seguinte, com grande repercussão na mídia internacional, elevando o nome do país no cenário de combate e enfrentamento ao crime organizado e à corrupção nas polícias.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1 - Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.						
Gerente: n/d			Responsável: n/d			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		46.980,25	39.195,77	7.784,48	28.338,33	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	n/d	n/a	n/a	n/a	n/a	
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						
Fonte: SIGPLAN e SIAFI Gerencial						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Não foram identificados eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução deste Programa de Governo, ocorrendo os pagamentos dentro da normalidade.

2.3.1.2 - Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
						1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		755.729,46	755.729,46	0,00	742.609,87	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						
Fonte: SIGPLAN e SIAFIGerencial						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Nesse programa foram realizadas despesas com pagamento de auxílio funeral em favor de herdeiros e beneficiários de pensão (vitalícia e/ou temporária) dos servidores aposentados e ativos falecidos no exercício, quase em sua totalidade, além do pagamento de alvarás judiciais de 28,86% e 3,17%.

Não foram identificados eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução deste Programa de Governo, ocorrendo os pagamentos dentro da normalidade.

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

2.3.1.3 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: Não possui				Responsável: Departamento de Polícia Federal		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
<i>Dotação</i> ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		5.289.977,74	5.259.953,09	30.024,65	5.259.953,09	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (percentagem)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	137
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados						
Análise do Resultado Alcançado						
Asseveramos que, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo e constam dos indicadores disponíveis. O resultado, portanto, superou a meta traçada devido aos esforços empreendidos pelos diversos servidores envolvidos no processo investigatório.						
Fonte: SIGPLAN, SISCART, CTI, SIAFIGerencial						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A "Referência" e o "Índice previsto no exercício" informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/RJ.

³ O índice informado se refere ao desempenho desta SR/DPF/RJ e delegacias, estando disponível para consulta na intranet da Corregedoria Geral – COGER, do Departamento de Polícia Federal (<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/>), conforme planilha a seguir:

Rio de Janeiro	528	3.868	5.311	12.206	137%
Niterói - NRI	118	777	1.047	2.566	135%
Nova Iguaçu - NIG	299	698	1.040	2.373	149%
Macaé - MCE	25	397	575	882	145%
Campos - GOY	102	537	729	1.035	136%
Volta Redonda - VRA	24	350	400	648	114%
Angra dos Reis - ARS	21	162	178	413	110%
Aerop. Galeão - AIN	8	137	195	55	142%
TOTAL	1.125	6.926	9.475	20.178	137%

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade tem a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializa precursores químicos.

2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 214.460,19 (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e sessenta reais e dezenove centavos) e relaciona-se à prestação de serviços, despesas com viagens e aquisição de materiais permanentes.

No ano de 2010 as ações e operações deflagradas pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes resultaram nos seguintes números de apreensões de drogas e entorpecentes no estado do Rio de Janeiro:

Foi realizado, também, o trabalho administrativo de atendimento às empresas que buscam seu credenciamento junto ao DPF para a comercialização e uso dos produtos químicos controlados por este órgão.

2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

O valor executado nesta ação foi de R\$ 162.524,50 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). Na Superintendência do Rio de Janeiro, a exemplo de outras unidades do DPF, o controle na execução das despesas referentes às ações de caráter sigiloso é efetuado pelo Setor de Inteligência Policial, que presta contas à Diretoria de Inteligência Policial, localizada na Sede do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, predominando a utilização na forma de suprimento de fundos, em razão da necessidade de preservar o caráter sigiloso na consecução das ações de inteligência.

Dessa forma, durante o ano de 2010, foram realizadas diversas operações no âmbito de atuação do Departamento de Polícia Federal em suas diversas competências no campo de polícia repressiva e judiciária.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano em comento, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio às diversas operações policiais deflagradas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, dentre as quais podemos destacar:

- Operação Baleia - Desarticular organização criminosa de tráfico internacional de drogas sintéticas;
- Operação Conexão Rio-Minas - Desarticular organização criminosa no interior do estado, mais especificamente no Município de Três Rios;
- Operação Limpeza - Desarticular organização criminosa nos Municípios de Niterói e São Gonçalo;
- Operação Hábito - Desarticular quadrilha especializada em saque criminoso de precatórios judiciais;
- Operação Ciganos - Reprimir crimes contra Previdência Social;
- Operação Bacaxá - Reprimir crimes contra Previdência Social;
- Operação Alvará II - Reprimir o contrabando de equipamento utilizado em máquina caça-níquel;
- Operação Correio - Desarticular quadrilha especializada em roubo de carga da ECT;
- Operação Matuto – Combate ao tráfico de drogas;
- Operação Complexo do Alemão - Cumprir mandados de busca expedidos no bojo da Operação Lázaro do GISE/RJ - Combate ao tráfico de droga;
- Operação GHOST - Identificação de uma organização criminosa, baseada em uma funerária, que criava segurados fictícios e relações de dependência econômica inexistentes, para requerer e sacar benefícios previdenciários e assistenciais fraudados.

2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços de Interesses da União

O valor executado nesta ação foi de R\$ 4.891.276,051 (quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e um centavos) sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID).

2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 21.717,00 (vinte e um mil, setecentos e dezessete reais), sendo operacionalizado pelo Núcleo de Treinamento e Desenvolvimento (NT&D) da SR/DPF/RJ em ações de capacitação na área fim/operacional.

2.3.1.4 – Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.						
Objetivos Específicos: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção dos Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção dos Serviços de Transportes e 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico.						
Gerente: Não possui				Responsável: Angelo Fernandes Gioia		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200356	Não se aplica		25.055.482,14	22.077.934,91	2.977.547,23	21.446.060,81
200357	Não se aplica		51.537,23	51.537,23	0,00	51.537,23
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Este Programa não possui indicadores	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
A execução do Programa 0750 – Apoio Administrativo - é importante para o desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas da atividade-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.						
Fonte: SIGPLAN, SIAFIGerencial						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Em 31 de março de 2010, foi editado o Decreto nº 7.144, impondo à Administração Pública Federal contingenciamento orçamentário. À Polícia Federal restou a diminuição em 14% para o crédito voltado à administração das unidades e 36% para o FUNAPOL. Isso impactou na capacidade de investimento, bem como na manutenção das atividades básicas de algumas unidades.

Em que pese tenha havido contingenciamento de recursos, este não chegou a prejudicar a administração da unidade que buscou se adequar às exigências de governo, atendendo às

recomendações emanadas da Direção Geral do DPF através da Mensagem-Oficial Circular nº 029/2010-DG/DPF.

2.3.1.5 – Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal						
Objetivos Específicos: Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições.						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro				Responsável: Angelo Fernandes Gioia		
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		7.034.632,21	6.259.177,19	775.455,02	6.259.177,19	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Produto	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						
Fonte: SIGPLAN						
¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.						

No programa de Modernização da Polícia Federal, consta para a Superintendência Regional no Rio de Janeiro a Ação 10JJ, Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, e a Ação 1K69, Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

2.3.1.5.1) Ação 10JJ - Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

O valor pago no exercício de 2010 nesta ação foi de R\$ 155.045,42 (cento e cinquenta e cinco mil, quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) referentes a restos a pagar reinscritos de 2009 para 2010, relativos à contratação do projeto executivo para construção do anexo da SR/DPF/RJ.

2.3.1.5.2) Ação 1K69 - Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

A despesa liquidada nesta ação no exercício de 2010 foi de R\$ 7.034.632,21 (sete milhões, trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos), sendo 7.000.055,61 na natureza de despesa 449051 e 34.576,60 na natureza de despesa 449092.

A execução desta ação ocorreu dentro da normalidade, não sendo registrados eventos relevantes com efeitos negativos e/ou positivos que pudessem prejudicar ou facilitar a execução dos Programas de Governo.

2.3.1.6 – Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.						
Objetivos Específicos: Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.						
Gerente: Ronaldo Teixeira da Silva				Responsável: Angelo Fernandes Gioia		
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		389.350,12	389.350,12	0,00	389.350,12	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/RJ.						
2	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	01/10/2006	26	12	14	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/RJ.						
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/RJ.						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.6.1) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento

O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 184.711,61 (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e onze reais e sessenta e um centavos) e se destinou a promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.

2.3.1.6.2) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 204.638,51 (duzentos e quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos) auxiliando o enfrentamento ao crack e outras drogas mediante o custeio e manutenção de operações de combate ao narcotráfico nas regiões conhecidas como de “risco” no estado do Rio de Janeiro, o que auxiliou no andamento dos trabalhos diante da restrição orçamentária.

SR/DPF/RJ e DESCENTRALIZADAS			
DROGAS	APREENSÕES		
	2008	2009	2010
Maconha no RJ (kg)	372,63	4.291,37	5.351,06
Cocaína no RJ (kg)	667,80	453,09	677,09
Pasta base (kg)	12,00	0,00	208,90
Crack (kg)	0,00	11,28	14,47
Merla (kg)	0,00	0,05	0,00
Haxixe (kg)	31,81	0,34	0,00
Ecstasy (un)	505,00	4,00	154,00
Lança perfume (un)	1.079,00	2,00	1.512,00
LSD (un)	17.759,00	35.316,00	0,00
Pés de maconha destruídos (un)	0,00	0,00	0,00

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
200356	09	271	0087	8452	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	09	272	0089	0181	OP	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	09	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	422	1453	20EV	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	422	1453	8375	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
200357	06	125	0662	2679	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	183	0662	2720	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	128	0662	4572	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	1353	1K69	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

Fonte: SIGPLAN

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Tendo em vista que a SR/DPF/RJ atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da SEDE a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

2.3.3) Com relação às atividades de investimento, os contratos em vigor no exercício de 2010, bem como sua execução foi a seguinte:

2.3.3.1. Contrato nº 32/2008 (CLM-Exatta)

Valor Total do Contrato: R\$ 2.666.750,43
 Valor gasto em 2010: **R\$ 1.037.126,96**
 Saldo para 2011: R\$ 0,00

O valor utilizado em 2010 contempla a finalização das obras de reforma e adequação das instalações do NUCRIM e NID do SETEC/RJ (iniciadas em janeiro de 2009), bem como as instalações completas do SRH/SELOG/RJ. O contrato encerrou-se no final de 2010.

2.3.3.2. Contrato nº 33/2008 (RAC Engenharia)

Valor Total do Contrato: R\$ 12.338.667,18
 Valor gasto em 2010: **R\$ 5.771.882,80**
 Valor medido até dez/2010: R\$ 9.790.114,20
 Saldo para 2011: R\$ 2.548.552,98

O valor utilizado em 2010 contempla a reforma da DELEFAZ (parcialmente - iniciada em 2009), DELEFIN, DRCOR, INTERPOL, CORREGEDORIA, DELEMAPH (parcialmente - concluída em 2011), GPI (parcialmente - concluída em 2011) e DELINST (parcialmente - concluída em 2011) e DELEPAT. Vigência até junho/2011.

2.3.3.3. Contrato nº 24/2008 (Porto Belo)

Valor Total do Contrato: R\$ 6.448.451,27
 Valor gasto em 2010: **R\$ 2.511.407,75**
 Valor medido até dez/2010: R\$ 5.735.953,51
 Saldo para 2011: R\$ 712.497,76

O valor utilizado em 2010 contempla parte das obras de reforma estrutural e de recuperação das fachadas da SR/DPF/RJ, incluindo substituição dos revestimentos danificados, troca das esquadrias de ferro por esquadrias de alumínio, instalação de vidros, pintura, impermeabilizações e piso dos corredores e escadas. Vigência até agosto/2011.

Existe Aditivo tramitando na AGU com solicitação de acréscimo de valor e prazo (R\$ 406.208,53 e mais 90 dias na execução, totalizando o contrato em R\$ 6.854.659,80)

**2.3.3.4. Valor total medido (execução física) pelos contratos supracitados em 2010:
 R\$ 9.320.417,51.**

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
Departamento de Polícia Federal	30108	200356
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades - Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200357

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Considerando que a SR/DPF/RJ não é unidade orçamentária e não recebe créditos atribuídos originalmente pela LOA, o presente quadro não se aplica a esta UJ.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Considerando que a SR/DPF/RJ não é unidade orçamentária e não recebe créditos atribuídos originalmente pela LOA, o presente quadro não se aplica a esta UJ.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Considerando que a SR/DPF/RJ não é unidade orçamentária e não recebe créditos atribuídos originalmente pela LOA, o presente quadro não se aplica a esta UJ.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
	Recebidos	200356	2000	14.159,11	- x -	23.345.360,69
			20EV	- x -	- x -	204.638,51
			8375	- x -	- x -	184.711,61
			8452	- x -	- x -	46.980,25
			0181	858.227,09	- x -	- x -
		200357	1K69	- x -	- x -	- x -
			2679	- x -	- x -	208.176,19
			4572	- x -	- x -	21.717,00
			2726	- x -	- x -	4.891.276,05
2720			- x -	- x -	148.893,50	
Movimentação Externa	Concedidos	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
	Recebidos	200357	2000	- x -	- x -	63.552,08
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
	Recebidos	200356	2000	1.695.962,34	- x -	- x -
			20EV	- x -	- x -	- x -
			8375	- x -	- x -	- x -
			8452	- x -	- x -	- x -
			0181	- x -	- x -	- x -
		200357	1K69	7.034.632,21	- x -	- x -
			2679	6.284,00	- x -	- x -
			4572	- x -	- x -	- x -
			2726	- x -	- x -	- x -
2720			13.631,00	- x -	- x -	
Movimentação Externa	Concedidos	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
	Recebidos	200357	2000	- x -	- x -	- x -

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa:

A SR/DPF/RJ recebe seus recursos somente mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna, a UJ é apenas recebedora, sendo que para a rubrica investimentos destaca-se o valor de R\$ 7.034.632,21, referente à fase da reforma do prédio Sede da SR/DPF/RJ no exercício de 2010.

No que se referem às despesas correntes estas totalizaram R\$ 29.115.305,88 no exercício de 2010. Este montante é suficiente para atender o pagamento de diárias e dos contratos já assinados com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

Não ocorreu no período.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos Valores em R\$ por movimentação 1,00

UG: 200356 – TESOURO				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	13.071.502,37	12.975.684,38	13.071.502,37	10.042.423,24
Convite	- x -	- x -	- x -	- x -
Tomada de Preços	- x -	- x -	- x -	- x -
Concorrência	- x -	- x -	- x -	- x -
Pregão	13.071.502,37	12.975.684,38	13.071.502,37	10.042.423,24
Concurso	- x -	- x -	- x -	- x -
Consulta	- x -	- x -	- x -	- x -
Contratações Diretas	4.525.204,62	2.876.247,40	4.524.992,62	2.669.485,79
Dispensa	3.637.040,74	2.567.367,71	3.636.828,74	2.372.569,47
Inexigibilidade	888.163,88	308.879,69	888.163,88	296.916,32
Regime de Execução Especial	- x -	- x -	- x -	- x -
Suprimento de Fundos	- x -	- x -	- x -	- x -
Pagamento de Pessoal	- x -	- x -	- x -	- x -
Pagamento em Folha	635.662,34	769.888,57	635.662,34	769.888,57
Diárias	687.632,23	836.877,84	687.632,23	836.877,84
Outras	3.506.946,44	9.735.711,80	3.367.448,81	9.247.671,30

Fontes: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/RJ.

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos Valores em R\$ por movimentação 1,00

UG: 200357 – FUNAPOL				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	1.017.741,59	7.186.744,98	1.017.741,59	6.384.271,67
Convite	- x -	- x -	- x -	- x -
Tomada de Preços	- x -	209.297,71	- x -	174.058,50
Concorrência	1.017.741,59	6.790.757,90	1.017.741,59	6.050.542,09
Pregão	- x -	186.689,37	- x -	159.671,08
Concurso	- x -	- x -	- x -	- x -
Consulta	- x -	- x -	- x -	- x -
Contratações Diretas	1.790,00	8.000,00	1.790,00	8.000,00
Dispensa	1.790,00	8.000,00	1.790,00	8.000,00
Inexigibilidade	- x -	- x -	- x -	- x -
Regime de Execução Especial	- x -	169.860,47	- x -	169.860,47
Suprimento de Fundos	239.854,92	169.860,47	239.854,92	169.860,47
Pagamento de Pessoal	- x -	- x -	- x -	- x -
Pagamento em Folha	- x -	- x -	- x -	- x -
Diárias	3.464.587,44	4.963.248,13	3.464.587,44	4.963.248,13
Outras	3.746.487,64	5.011.541,73	3.742.477,34	5.008.535,37

Fontes: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/RJ.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

UG: 200356 – TESOURO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	708.905,41	769.888,57	708.905,41	769.888,57	73.243,07	13.119,59	635.662,34	756.768,98
08 – Outros benefícios assistenciais	234.591,86	558.335,28	234.591,86	558.335,28	- x -	11.879,08	234.591,86	546.456,20
91 – Sentenças Judiciais	457.850,31	179.447,18	457.850,31	179.447,18	73.243,07	1.240,51	384.607,24	178.206,67
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	16.463,24	32.106,11	16.463,24	32.106,11	- x -	- x -	16.463,24	32.106,11
2 – Juros e Encargos da Dívida	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
3- Outras Despesas Correntes	20.843.026,43	23.781.691,06	19.853.004,75	22.268.658,89	989.220,68	1.533.643,50	19.714.308,12	21.629.075,35
37 – Locação de MO	8.533.616,64	10.492.660,33	8.512.355,59	9.918.827,87	21.261,05	573.832,46	8.512.355,59	9.330.675,79
39 – Outros Sv Terceiros - Pessoa Jurídica	5.242.453,54	4.909.571,56	4.964.188,74	4.414.176,00	278.264,80	495.395,56	4.964.188,74	4.407.709,78
30 – Material de Consumo	2.165.353,00	1.849.241,84	1.860.468,38	1.418.399,46	304.884,62	430.842,38	1.860.468,38	1.407.542,02
93 – Indenizações e restituições	1.899.811,91	1.234.264,17	1.734.471,75	1.229.890,12	165.340,16	4.374,05	1.722.170,75	1.229.890,12
92 – Despesas de Exercícios anteriores	891.148,35	3.307.947,02	701.867,31	3.307.947,02	188.480,04	20.611,33	575.471,68	3.287.335,69
33 – Passagens e despesas com locomoção	816.638,20	572.212,14	792.505,49	563.624,42	24.132,71	8.587,72	792.505,49	550.127,95
14 – Diárias pessoal civil	690.835,43	836.877,84	687.632,23	836.877,84	3.203,20	- x -	687.632,23	836.877,84
36 – Outros Sv Terceiros – Pessoa Física	583.000,00	576.000,00	579.345,90	576.000,00	3.654,10	- x -	579.345,90	576.000,00
47 – Obrig. Tribut e Contrib- Op. Intra-Orçam	20.169,36	2.916,16	20.169,36	2.916,16	- x -	- x -	20.169,36	2.916,16

Fonte: SIAFI Gerencial.

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em

R\$ 1,00

UG: 200357 – FUNAPOL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
2 – Juros e Encargos da Dívida	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
3- Outras Despesas Correntes	4.086.367,72	5.321.599,97	3.982.652,65	5.297.859,32	103.715,07	23.740,65	3.978.642,35	5.297.859,32
14 – Diárias Pessoal Civil	3.481.567,48	4.963.248,13	3.464.587,44	4.960.241,77	16.980,04	3.006,36	3.461.214,12	4.960.241,77
39 – Outros Sv Terceiros – Pessoa Física	226.763,98	241.488,16	179.279,73	220.753,87	47.484,25	20.734,29	179.279,73	220.753,87
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	164.828,18	- x -	160.527,43	- x -	4.300,75	- x -	159.890,45	- x -
30 – Material de consumo	136.130,67	63.808,68	121.281,54	63.808,68	14.849,13	- x -	121.281,54	63.808,68
36 – Outros Sv Terceiros – Pessoa Física	77.040,41	53.055,00	56.939,51	53.055,00	20.100,90	- x -	56.939,51	53.055,00
47 – Obrig. Tribut e Contrib- Op. Intra-Orçam	37,00	- x -	37,00	- x -	- x -	- x -	37,00	- x -

Fonte: SIAFI Gerencial.

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos Valores em R\$ por movimentação 1,00

UG: 200356 – TESOURO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	1.552.911,01	1.695.962,34	938.779,06	223.662,80	614.131,95	1.472.299,54	938.567,06	220.514,80
52 – Equip e Mat Perm	1.552.911,01	1.586.963,34	938.779,06	114.663,80	614.131,95	1.472.299,54	938.567,06	111.515,80
39 – Outros Sv Terc - PJ	- x -	108.999,00	- x -	108.999,00	- x -	- x -	- x -	108.999,00
5 - Inversões Financeiras	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
6 - Amortização da Dívida	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -

Fonte: SIAFI Gerencial.

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por Valores em movimentação R\$ 1,00

UG: 200357 – FUNAPOL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	5.005.479,91	7.054.547,21	1.023.221,50	6.272.808,19	3.982.258,41	781.739,02	1.023.221,50	6.272.808,19
51 – Obras e instalações	5.000.000,00	7.000.055,61	1.017.741,59	6.224.600,59	3.982.258,41	775.455,02	1.017.741,59	6.224.600,59
52 – Equip e Mat Perm	5.479,91	19.915,00	5.479,91	13.631,00	- x -	6.284,00	5.479,91	19.915,00
92 – Desp Ex Anteriores	- x -	34.576,60	- x -	34.576,60	- x -	- x -	- x -	34.576,60
5 - Inversões Financeiras	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
6 - Amortização da Dívida	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Aumento significativo da despesa com diárias do exercício de 2009 para 2010 se deveu ao aumento no próprio valor pago para essa determinada despesa.

A despesa significativa em decorrência de processo licitatório na modalidade concorrência refere-se ao objeto relacionado às obras para reforma da sede da SR/DPF/RJ.

Atendendo diretriz da gestão do Órgão, buscou-se reduzir a despesa através de dispensa de licitação para contratação de bens e serviços.

O aumento observado nos contratos de locação de Mão de Obra é decorrente de novas licitações para atender aos mesmos serviços realizados anteriormente, com valores de mercado atualizados frente aos contratos antigos.

- Contingenciamento no exercício

Conforme editado em 04jun10, mensagem circular nº 29 DG/DPF, foi determinado pelo Diretor Geral da Polícia Federal o que se segue:

“a) Cancelamento de todos os eventos, encontros e simpósios no âmbito deste órgão;

b) Bloqueio, pelas unidades gestoras, de 40% do total previsto para diárias operacionais no corrente exercício, conforme fixado na Portaria supracitada.

c) Adequação dos gastos das unidades ao estrito valor das cotas orçamentárias; e

d) Bloqueio de 40% do valor do teto orçamentário para diárias operacionais no SCDP pela Coordenação de Orçamento e Finanças/DLOG.”

- *Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária*

As medidas supracitadas geraram pequeno impacto na gestão desta Superintendência, contudo não impediu o desenvolvimento de Operações que demandavam despesas com diárias, assim como, ampliação da capacidade administrativa.

- *Outras questões relevantes*

Não há.

2.4.3) Indicadores Institucionais

A atividade policial é por si só diferenciada de outros segmentos da administração pública, ganhando ainda maior singularidade à atividade no DPF. Desta forma, verifica-se uma natural dificuldade em se mensurar e estabelecer indicadores objetivos para descrever os resultados atingidos pela atividade-fim.

Percebendo esta dificuldade em criar os referidos indicadores, esta UG solicitou, por meio do ofício nº 152/2010- GAB/SR/DPF/RJ, de 19 de julho de 2010, apoio a Diretoria Logística (DLOG) do DPF, visando à implementação de indicadores de gestão. Tal procedimento visou atender a reiterada orientação da CGU no sentido de mensurar por meio de indicadores a eficácia, eficiência e efetividade das ações da unidade para alcançar os objetivos das políticas públicas, possibilitando, futuramente, um acompanhamento mais objetivo por parte da administração em relação aos trabalhos realizados.

Destaca-se ainda que além da especialização necessária para a adequada criação de indicadores, o desenvolvimento destes de forma individualizada por cada uma das UGs do DPF, aparentemente não se apresenta na decisão mais acertada, pois, seguindo a tendência da DLOG na adoção de medidas uniformes para gestão de logística (PROJETO GESTÃONET), a criação de indicadores, individualmente, por cada UG, tenderia a acarretar retrabalho. Infere-se ainda que a definição de indicadores com metodologia uniforme para todas as UGs possibilitaria a apuração do desempenho das mesmas, a melhoria dos processos e o acompanhamento eficiente por parte da administração, valendo-se do Benchmarking.

O DPF, até o presente momento, não apresentou os indicadores institucionais a serem empregados, tendo a demanda desta UG sido encaminhada pela DLOG ao escritório de projetos da Divisão de planejamento e projetos do DPF.

Considerando que ainda não estão disponíveis os indicadores de gestão e seguindo ainda sugestão da Diretoria supracitada, visando dar transparência ao trabalho policial executado nesta UG, optou-se em apresentar neste relatório de gestão os dados estatísticos dos IPL's relatados e Laudos Periciais realizados no ano de 2010.

IPL's relatados, instaurados e em andamento nas unidades, no período de Janeiro a Dezembro de 2010, em ordem de classificação da razão Relatados/Instaurados.

SRs	NCs	Inst.	Rel.	And.	Rel./Inst
RO	222	1.314	2.125	1.886	162%
MA	201	1.291	1.999	4.735	155%
CE	233	1.672	2.550	4.103	153%
AM	202	1.062	1.614	2.152	152%
TO	34	545	812	572	149%
RN	133	1.234	1.820	1.690	147%
AP	38	378	538	437	142%
FE	262	1.649	2.342	3.943	142%
MT	237	1.876	2.582	1.974	138%
RJ	1.125	6.926	9.475	20.178	137%
AC	53	720	936	817	130%
PI	151	865	1.103	1.324	128%
SP	1.710	14.803	18.805	27.084	127%
MS	150	2.198	2.784	1.757	127%
GO	149	1.380	1.705	1.904	124%
BA	401	3.558	4.113	7.004	116%
MG	323	5.608	6.440	9.270	115%
DF	1.058	1.928	2.209	3.169	115%
AL	92	815	914	1.050	112%
FR	421	7.629	8.470	9.262	111%
RS	309	4.146	4.590	3.121	111%
PB	107	1.376	1.520	1.945	110%
RR	95	470	511	801	109%
SC	119	2.845	3.060	2.369	108%
PA	221	2.148	2.210	4.543	103%
ES	99	1.232	1.177	1.506	96%
SE	101	606	494	644	82%
TOTAL	8.246	70.274	86.898	119.240	124%

Conforme a tabela acima, a SR/RJ obteve uma razão de 137% do total de IPMs Relatados por IPM's instaurados em 2010, ficando acima da média nacional de 124%. Tal resultado se deve à expressiva quantidade de IPM's Relatados, que tinham sido instaurados em anos anteriores a 2010.

Fonte: Página da Corregedoria Geral de Polícia Federal:

<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

Inquéritos Instaurados, relatados e em andamento nas unidades do Rio de Janeiro, de Janeiro à Dezembro de 2010.

Estados	Unidades	NCs	IPLs				LOTACÃO				IPL/Serverdor	
			Inst.	Rel.	And.	Rel./Inst.	DPF	PCF	EPF	APF	DPF	EPF
RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	528	3.868	5.311	12.206	137%	105	61	106	415	116,2	115,2
	Niterói - NRI	118	777	1.047	2.566	135%	15	-	20	49	171,1	128,3
	Nova Iguaçu - NIG	299	698	1.040	2.373	149%	10	-	13	31	237,3	182,5
	Macaé - MCE	25	397	575	882	145%	7	-	6	24	126,0	147,0
	Campos - GOY	102	537	729	1.035	136%	7	-	5	19	147,9	207,0
	Volta Redonda - VRA	24	350	400	648	114%	8	-	6	24	81,0	108,0
	Angra dos Reis - ARS	21	162	178	413	110%	5	-	2	17	82,6	206,5
	Aerop. Galeão - AIN	8	137	195	55	142%	9	-	7	73	6,1	7,9
	TOTAL	1.125	6.926	9.475	20.178	137%	166	61	165	652	122	122

Discriminação pelas unidades do Rio de Janeiro do valor de 20.178 inquéritos relatados em 2010, bem como da razão IPL's relatados/instaurados, conforme informado na tabela anterior.

Fonte: Página da Corregedoria Geral de Polícia Federal:

<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

Inquéritos anteriores à 31/12/2005 e em andamento, dados de outubro 2009 e dezembro de 2010.

Estados	Unidades	IPL'S		DIMINUIÇÃO	
		2009	2010	Quant.	%
RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	5.239	2.129	3110	59%
	Niterói - NRI	642	279	363	57%
	Nova Iguaçu - NIG	996	292	704	71%
	Macaé - MCE	83	19	64	77%
	Campos - GOY	211	61	150	71%
	Volta Redonda - VRA	189	71	118	62%
	Angra dos Reis - ARS	-	-	0	#DIV/0!
	Aerop. Galeão - AIN	-	-	0	#DIV/0!
	TOTAL	7.360	2.851	4509	61%

Houve no intervalo de outubro de 2009 à dezembro de 2010 uma significativa redução de 61% dos IPL's instaurados antes de 31/12/2005, perfazendo um quantitativo de 4509 IPL's.

Fonte: Página da Corregedoria Geral de Polícia Federal:

<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

Classificação entre as SR/DPF quanto aos números absolutos de IPL's anteriores 31/12/2005 relatados.

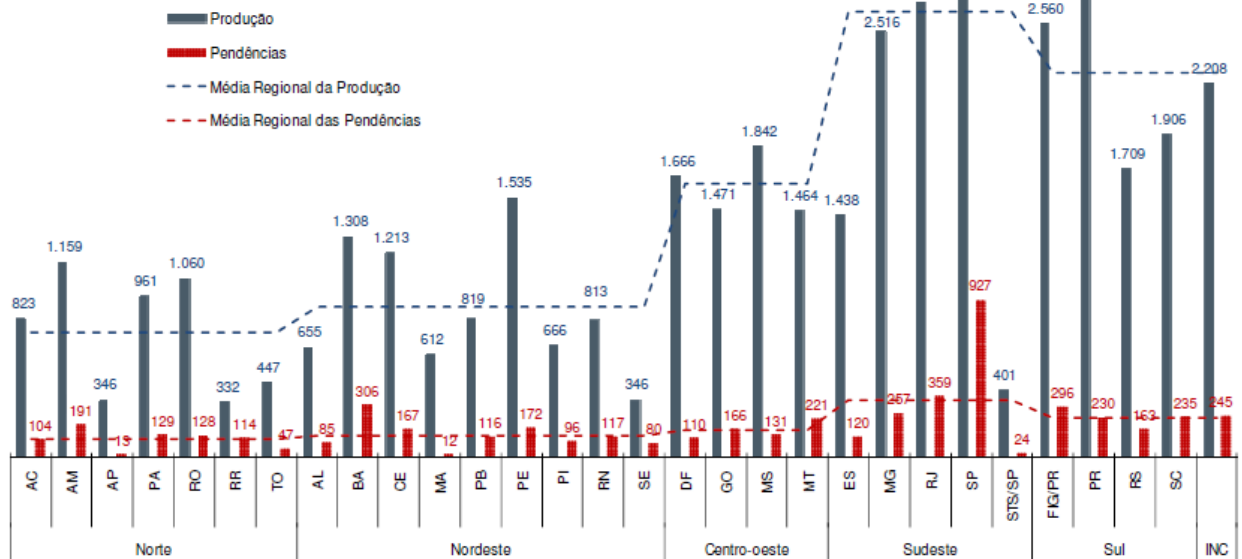
SRs	2009	2010	Quant.	%
SP	7.445	2.331	5114	69%
RJ	7.360	2.851	4509	61%
BA	1.559	501	1058	68%
CE	1.254	390	864	69%
PE	1.064	381	683	64%
MA	1.439	826	613	43%
PA	918	333	585	64%
MG	826	270	556	67%
RO	643	95	548	85%
PR	631	199	432	68%
MT	433	111	322	74%
AM	547	241	306	56%
GO	337	76	261	77%
PB	268	33	235	88%
ES	228	53	175	77%
MS	238	63	175	74%
DF	262	114	148	56%
SC	167	20	147	88%
RR	191	87	104	54%
RN	143	41	102	71%
AL	140	38	102	73%
RS	94	13	81	86%
TO	89	9	80	90%
PI	66	9	57	86%
SE	50	9	41	82%
AP	33	2	31	94%
AC	48	24	24	50%
TOTAL	26.473	9.120	17.353	66%

A SR/RJ é a segunda colocada no Brasil em diminuição de IPL's anteriores à 31/12/2005, em andamento no período de outubro de 2009 à dezembro de 2010.

Fonte: Página da Corregedoria Geral de Polícia Federal:

<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

Produção e pendências dos SETECs e NUTECS, com médias regionais, em 2010.



Fontes: Sistema da DITEC denominado "Criminalística"; bancos de dados da DPCRIM/INC.

Nota: A produção no valor de 6.091 laudos, no SETEC/SP, intencionalmente não foi totalmente apresentada graficamente a fim de facilitar a visualização dos dados das outras unidades.

A produção de laudos periciais na SR/RJ é em números absolutos a terceira maior do país, estando acima da média da região sudeste, enquanto que as pendências corresponde à média da região sudeste.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
TESOURO – 200356					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>	
2009	148.654,38	16.400,00	128.709,63	3.544,75	
2008	- x -	- x -	- x -	- x -	
FUNAPOL – 200357					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>	
2009	32.555,76	31.918,78	636,98	- x -	
2008	- x -	- x -	- x -	- x -	
Restos a Pagar não Processados					
TESOURO – 200356					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>	
2009	1.955.331,02	1.015.035,81	940.295,21	0,00	
2008	1.929.694,87	310.822,90	1.334.191,90	0,00	
FUNAPOL – 200357					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>	
2009	4.331.095,03	154.218,06	4.176.876,97	0,00	
2008	11.093.307,96	187.748,49	10.631.892,46	0,00	
Observações:					
Dos Restos a Pagar não processados em 31/12/2009 existiam os saldos de R\$ 284.680,07 pela UG 200356 e R\$ 273.667,01 pela UG 200357, dois quais foram reinscritos R\$ 278.735,32 e R\$ 245.121,55, respectivamente.					

Fonte: SIAFI

4.2) Análise Crítica

Dos Restos a Pagar processados em 31/12/2010 existe o saldo de R\$ 3.544,75 pela UG 200356, da nota de empenho 2008NE000171, para o qual foi solicitado seu cancelamento para Coordenação de Orçamento e Finanças (COF).

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1334	1334	Não há	35
1.2.2 Servidor de carreira em exercício	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.3 Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
h1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	12	12	Não há	Não há
1.4.2 Removidos			70	24
1.4.3 Licença remunerada	Não há	Não há	Não há	Não há
1.4.4 Licença não remunerada	Não há	Não há	Não há	Não há
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2.2 Servidor de carreira em exercício	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2.4 Sem vínculo	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2.5 Aposentado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3.2 Servidor de carreira em exercício	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3 Total	1334			

Fonte: NUCAL/SRH/SR/DPF/RJ.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	45	440	559	272	30
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira	45	440	554	265	30
1.3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	Não há	Não há	05	07	Não há
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Funções gratificadas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há

Fonte: NUCAL/SRH/SR/DPF/RJ.

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			16	30	300	988			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento									
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: NUCAL/SRH/SR/DPF/RJ.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	923	
1.1 Voluntária		29
1.2 Compulsório		Não há
1.3 Invalidez Permanente		01
1.4 Outras		Não há
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		Não há
2.2 Compulsório		Não há
2.3 Invalidez Permanente		Não há
2.4 Outras		Não há

Fonte: NUCAL/SRH/SR/DPF/RJ.

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	0	0
2. Proporcional	2.157	0

Fonte: NUCAL/SRH/SR/DPF/RJ.

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	Não há	Não há	Não há	Não há	
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio					
Nível Médio	Não há	Não há	Não há	Não há	
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio					

Fonte: NUCAL/SRH/SR/DPF/RJ.

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$
1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2009	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2010	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	157.105942,00	245.426,40	13122.211,64	6.619.390,86	601.771,26	1.480.110,86	3.424.6558,35	213.421.411,37
2009	165.004.694,51	252.367,57	13.879.913,24	6.460.168,97	476.260,21	1.728.523,61	3.447.952,62	191.249.880,73
2010	168.241.295,71	272.871,07	14.218.388,29	6.249.111,37	488.396,21	2.110.282,06	5.736.395,09	197.316.739,80
Servidores com Contratos Temporários								
2008	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2009	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2010	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2009	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2010	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2009	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2010	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2009	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2010	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2009	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há
2010	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	- X -	Não há

Fonte: NUCAL/SRH/SR/DPF/RJ.

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro														
UG/Gestão: 200356/00001							CNPJ: 00.394.494/0035-85							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2005	L	O	36/2005	29.212.545/0001-43	01/10/05	30/04/10	66	64	02					E
2008	V	O	31/2008	07.872.373/0001-00	01/01/09	31/12/10								E
2010	L	O	07/2010	00.987.137/0001-81	03/05/10	03/05/11	88	80	1					A
2010	V	O	19/2010	06.141.118/0001-16	01/01/11	31/12/11								A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CPL/SR/DPF/RJ.

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro														
UG/Gestão: 200356/00001							CNPJ: 00.394.494/0035-85							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2006	2	O	002/2006	29.212.545/0001-43	06/01/06	31/12/11	9	9	16	16				A
2010	1	E	04/2010	03.062.394/0001-09	26/02/10	26/05/10	06	06	05	05				E

Observação:

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CPL/SR/DPF/RJ.

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Unidade Administrativa</i>
08/2010	1	04	SR/DPF/RJ
09/2010	1	04	SR/DPF/RJ
10/2010	1	42	Descentralizadas
11/2010	1	12	SR/DPF/RJ e Descentralizadas
18/2010	1	120	Aeroporto e Porto
31/2009	1	120	Aeroporto e Porto
18/2009	1	44	SR/DPF/RJ e Descentralizadas
23/2009	1	89	SR/DPF/RJ
20/2009	1	15	SR/DPF/RJ e Descentralizadas
19/2010	8	02 Postos	Depom
		04 Postos	SE/DPF/RJ
		04 Postos	Armazém 17
31/2008	8	02 Postos	Nepom
		04 Postos	SE/DPF/RJ
		04 Postos	Aeroporto
07/2010	7	50	Sede/Depom
		5	Deain/TPS2
		4	MACAÉ
		4	NITERÓI
		4	NOVA IGUAÇU
		3	CAMPOS GOY
		3	VOLTA REDONDA
		2	ANGRA
		1	DEPOM ANGRA
		2	PETROPOLIS
		2	ITAGUAI
36/2005	7	42	SE/DPF/RJ
		01	Nepom
36/2005	7	03	MACAÉ
		04	DPF1/NITERÓI
		04	DPF2/NITERÓI
		04	AIRJ(TPS 1 E 2)
		03	DPF CAMPOS
		03	DPF VOLTA REDONDA

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: CPL/SR/DPF/RJ.

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoal informou que a Polícia Federal não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências, serão criados os indicadores Gerenciais citados.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal

6. TRANSFERÊNCIAS

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro **não realiza** transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Ambiente de Controle</i>					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>				X	
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>			X		
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>			X		
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>			X		
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>		X			
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>		X			
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>				X	
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>				X	
<i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>				X	
<i>Avaliação de Risco</i>					
<i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>				X	
<i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>				X	
<i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>			X		
<i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>			X		
<i>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i>			X		
<i>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i>				X	
<i>16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.</i>			X		
<i>17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</i>				X	

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
Considerações gerais:					
O DPF, por meio da Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2010, definiu os procedimentos para a instituição da Unidade de Controle Interno no âmbito das Superintendências de Polícia Federal nos Estados.					
Esta IN estabeleceu que a unidade de controle interno – UCI permaneceria subordinada ao respectivo Superintendente Regional e vinculada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno, tendo como atribuição assessorar o dirigente da unidade descentralizada nas atividades de análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.					
Definiu ainda que a UCI seria constituída no mínimo pelo responsável pela unidade, e preferencialmente por mais um conformista de registro da gestão e um conformista contábil, sendo que o responsável pela UCI deverá ser necessariamente servidor público de carreira.					
Na normativa ficou estabelecido ainda que a UCI será instituída e terá seus integrantes designados por ato do Diretor-Geral, após manifestação do Assessor de Controle Interno, mediante solicitação formal do Superintendente interessado.					
Quanto às atribuições da UCI, as mesmas estão estabelecidas em seu art. 4º conforme transcrito abaixo:					
“ Art. 4º. À UCI, sob demanda do Superintendente ou por detecção de necessidade, compete:					
I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;					

II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;

III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;

IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;

V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;

VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;

VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;

VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e

IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.”

Diante da publicação da referida IN, o DPF lançou a semente de uma estrutura de controle interno dentro das UGs, contudo ainda carente de uma especificação mais detalhada sobre o trabalho a desenvolver.

Esta SR/RJ, por exemplo, demandou por meio do Ofício nº 010/2011 - GAB/SR/DPF/RJ, de 21 de janeiro de 2011, uma série de dúvidas que ainda existem acerca da normativa, visando futuramente alcançar os objetivos propostos. Dentre estas dúvidas questionou-se: a qualificação necessária para exercer o cargo, a falta de indicadores de gestão centralizados por parte do DPF, a necessidade de treinamento para os servidores que assumirem a função e a carência de pessoal administrativo de nível superior.

No ano de 2010, a administração da SR/RJ antecipou-se e por portaria do dirigente, criou uma assessoria na área de logística, função esta exercida por um perito criminal federal.

Parte das atribuições estabelecidas na nova IN, em especial as do item I, III, V do artigo 4º, foram desenvolvidas por este servidor, facilitando a gestão do superintendente. Contudo tal trabalho de assessoria afastou-se da efetiva missão do controle interno, pois o servidor não atuava de forma independente na gestão, mas sim assessorava o SR/RJ quanto as possibilidades e limitações para tomada de decisão, bem como na sugestão de cortes de despesas e medidas de economia, visando à adequação orçamentária.

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? RESPOSTA: Nas licitações realizadas pela SR/DPF/RJ, tem-se exigido como obrigação da contratada práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, no que couber, conforme previsto no artigo 6º da instrução normativa nº01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? RESPOSTA: Redução significativa no consumo de água, bem como conscientização dos servidores sobre a preocupação com o meio ambiente, economizando água.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? RESPOSTA: Aquisição de papel A4.					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? RESPOSTA: Através de comunicações oficiais.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X

Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
RESPOSTA: Através de comunicações oficiais.					
Considerações Gerais: Não há.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RIO DE JANEIRO	04	04
	Rio de Janeiro	03	03
	Avenida Rodrigues Alves, 01 - Centro	01	01
	Avenida Almirante Silvio de Noronha s/nº - Centro	01	01
	Praça Marechal Ancora s/nº - Centro / RJ (*)	01	01
	Nova Iguaçu	01	01
	Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2408	01	01
Subtotal Brasil		04	04
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		04	04

Fonte: ASSESSORIA/SELOG/SR/DPF/RJ

(*) - Imóvel ocupado também pelo Ministério da Saúde

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RIO DE JANEIRO	17	17
	Nova Iguaçu	01	01
	Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, 25	01	01
	Angra dos Reis	01	01
	Rua Benedito Pereira Rocha, 463	00	01
	Rua Cônegos dos Bittencourt, 108	01	00
	Niteroi	01	01
	Praça Fonseca Ramos s/nº	01	01
	Campos	02	02
	Rua Barão de Miracema, 156	01	01
	Rua Barão de Miracema, 158	01	01
	Macaé	01	01
	Rua Governador Roberto Silveira, 427	01	01

<i>Volta Redonda</i>	01	01
<i>Avenida Sete de Setembro , 94</i>	01	01
<i>Petrópolis</i>	01	01
<i>Avenida Ayrton Senna, 699</i>	01	01
<i>Itaguaí</i>	01	01
<i>Estrada da Ilha da Madeira, Km 2,5</i>	01	01
<i>Rio de Janeiro</i>	08	08
<i>POSTO SHOPPING LEBLON</i>	01	01
<i>POSTO SHOPPING VIA PARQUE</i>	01	01
<i>POSTO RIO SUL</i>	01	01
<i>POSTO AEROPORTO SANTOS DUMONT</i>	01	01
<i>POSTO AEROPORTO INTER. TOM JOBIM</i>	03	03
<i>POSTO PIER MAUA</i>	01	01
Subtotal Brasil	17	17
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	17	17

Fonte: ASSESSORIA/SELOG/SR/DPF/RJ

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

<i>UG</i>	<i>RIP</i>	<i>Regime</i>	<i>Estado de Conservação</i>	<i>Valor do Imóvel</i>			<i>Despesa com Manutenção no exercício</i>	
				<i>Valor Histórico</i>	<i>Data da Avaliação</i>	<i>Valor Reavaliado</i>	<i>Imóvel</i>	<i>Instalações</i>
200356	5869.00030.500-1	13	04(REGULAR	290.004,84	17/12/02	290.004,84	-	-
200356	6001.02786.500-3	13	04(REGULAR	3.684.576,00	31/12/00	3.684.576,00	969.769,50	17.446,74
200356	6001.03640.500-1	13	Não Consta	7.106.608,68	12/12/06	7.106.608,68	-	-
Total							969.769,50	17.446,74

Fonte: ASSESSORIA/SELOG/SR/DPF/RJ

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

O Prédio da Av Rodrigues Alves, sede da Superintendência de Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, continuou a sofrer, no exercício de 2010, as reformas iniciadas pelos contratos firmados a partir de 2008.

Os imóveis destinados às demais Delegacias, espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro, que não são de propriedade da União, possuem um estado de conservação suficiente para o seu funcionamento, contudo necessitam de modernização para melhor atender o público e garantir a segurança física dos bens, documentos e servidores.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados			Avaliação				
			1	2	3	4	5
Planejamento							
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X				
Recursos Humanos de TI							
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.						X	
Responsabilidade	Servidores		Funcionários Terceirizados				
	Policiais	Administrativos					
Chefia	1 APF						
Gerencia de Rede / Gestão da Informação ¹	1 APF		1 ATE				
Gestão de Material / Manutenção Informática	1 APF		1 ATE				
Gestão de Rádio - Tetrapol			3ATE+2AADM				
Gestão de Telefonia / Fiscalização Contratos	1 APF		1 AADM				
Manutenção Telefonia			1 ATE				
Secretaria			1 Recepcionista				
Telefonia			4 Telefonistas				
TOTAL	4		9		6		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X				
Segurança da Informação							
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.						X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.						X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas							
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI							
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.						X	
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.							X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.							X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X				
LEGENDA							
Níveis de avaliação:							
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.							
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.							
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.							

¹ Acumula a Chefia como substituto imediato.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Considerações Gerais:

O Setor de Tecnologia da Informação - **STI/SR/DPF/RJ** é unidade organizacional vinculada à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, tendo circunscrição na área de Tecnologia da Informação na Sede da Superintendência Regional e nas Unidades Descentralizadas existentes no Estado do Rio de Janeiro.

O STI/SR/DPF/RJ foi criado pela Portaria Ministerial nº 1.300, de 4 de setembro de 2003, que foi posteriormente alterada pelo Anexo da Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, do Ministro de Estado da Justiça. Tem suas **atribuições e competências** estabelecidas pela Portaria nº 1.825 de 13 de outubro de 2006 e pelo art. 144 da Constituição Federal. A Estrutura Organizacional do STI nasceu da fusão do Núcleo de Informática - NUIFN e do Núcleo de Telecomunicações – NUTEL; ocasião em que foram delegados ao Setor de Tecnologia da Informação – **STI** todas as responsabilidades, competências e os recursos humanos dos dois núcleos extintos.

Área de Atuação

O Setor de Tecnologia da Informação tem como principais funções: coordenar, controlar, dirigir, planejar, orientar e executar as atividades inerentes às áreas de Informática e Telecomunicações. Sua área de atuação não se restringe ao âmbito da sede da SR/DPF/RJ, estendendo-se a mais de quinze outras instalações da Polícia Federal no Estado: CICOR, DEPOM, postos existentes na cidade de Petrópolis, no Aeroporto Santos Dumont, no Aeroporto Internacional de Cabo Frio, no Porto de Sepetiba, no Porto do Forno e Porto do Rio de Janeiro, Delegacia no Aeroporto Internacional Tom Jobim, Correios e Delegacias de Polícia Federal nas cidades de Nova Iguaçu, Niterói, Volta Redonda, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis e Macaé.

Além de tais funções, tem o dever de avaliar periodicamente os programas, métodos e resultados das atividades de Tecnologia de Informação (TI), elaborando propostas de modernização visando às atividades-fim da Superintendência Regional.

Análise da Situação Atual

Durante o ano de 2010, o STI realizou, embora com grandes limitações: instalação e diversas manutenções corretivas e preventivas em inúmeros equipamentos de telecomunicação e informática. Para atingir suas metas, durante os últimos anos o Setor vem tentando se adequar à escassez de recursos alocados. Uma das soluções tem sido otimizar os deslocamentos das equipes reduzidas de técnicos com formação multidisciplinar às descentralizadas de forma a minimizar os problemas existentes de telefonia, informática e rádio-comunicação. A substituição de equipamentos obsoletos e a integração das redes de dados, radiocomunicação e telefonia vêm sendo realizada em velocidade inferior à desejada. Desde 2007 o sistema Tetrapol e o sistema de telefonia da SR/RJ encontram-se integrados permitindo a realização de até quatro ligações simultâneas. O sistema de telefonia deverá ser integrado com a aquisição de novas CPCT.

Desde 2008, a estrutura de tecnologia da informação da sede da Superintendência Regional vem sendo adequada pelo STI à situação de gerenciamento de crises ligada à ininterrupta obra das instalações da Superintendência Regional.

Dentre os recursos utilizados, aquele que apresentou a mais considerável melhoria, foi o da infraestrutura da rede de distribuição elétrica. Neste aspecto, por longo período, o Setor enfrentou grandes dificuldades relacionadas à inadequação e ao mau dimensionamento da rede elétrica que servia não só ao STI, mas também ao restante do prédio, fato que causava constantes “picos” e, via de regra, interrupção dos serviços disponibilizados, além da queima de número considerável de equipamentos.

A quantidade de impressoras e computadores recebidos via PROMOTEC até 2010, como já ocorrera em 2008 e 2009, mostrou-se insuficiente no atendimento às necessidades mínimas de modernização dos equipamentos da área de TI no âmbito desta Superintendência Regional, exigindo aquisições com o fim de suprir duas demandas prioritárias: a primeira com relação às estações de trabalho que apresentam alto grau de obsolescência e precisavam ser substituídas, e a segunda, com o fim de suprir a lotação de novos servidores.

As Centrais Telefônicas utilizadas na Superintendência e nas Descentralizadas encontram-se instaladas de forma precária não possuindo facilidades disponíveis ou reserva técnica que possa atender a necessidades emergenciais. A troca das centrais telefônicas e a integração das mesmas permitirá redução em cerca de 40% dos gastos atuais e aumento de 120% da capacidade instalada em telefonia. A infraestrutura de cabeamento estará sendo adequada em manutenção que foi iniciada em novembro de 2009, tendo previsão de conclusão em março de 2011. Ao final do ano de 2010 foram adquiridas por esta Regional, três Centrais Telefônicas de pequeno porte, em substituição aos equipamentos que apresentaram avaria em razão de obsolescência, a primeira instalada em Macaé e as duas seguintes - Volta Redonda e Angra dos Reis – encontram-se em processo de instalação a ser concluído em fevereiro de 2011. Com relação à aquisição das demais Centrais Telefônicas necessárias, estima-se ser necessário para tais aquisições cerca de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) e em contrapartida gerarão uma economia anual da ordem de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais/ano) razão pela qual se entende que o valor investido será equivalente ao economizado nos seus primeiros 30 meses de utilização.

Os valores gastos com o contrato de telefonia vêm sendo reduzido, a despeito dos aumentos tarifários autorizados. A obtenção destes resultados está ligada a uma política de controle dos gastos e de conscientização dos servidores. Todavia tal política poderá ser melhor implementada com a aquisição de novas centrais telefônicas que permitam a melhor gerência das ligações. É importante que seja informado que a redução dos gastos não está ligada a indisponibilização dos recursos de telefonia, o que em verdade vem sendo implementado é o uso racional dos recursos de telecomunicações disponíveis. Encontra-se em funcionamento uma solução que permite realizar ligações do tipo VOIP – Voz sob IP - entre as delegacias de Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu e a Superintendência Regional com custo zero, tal solução será utilizada entre todas as Delegacias e a Superintendência tão logo sejam adquiridas as novas centrais telefônicas.

Foram minimizados os problemas com referência à quantidade insuficiente de licenças de uso de softwares, através da implementação da política de uso de versões de softwares livres. Existe porém, certa dificuldade de implementação de normas rígidas de segurança da informação em virtude da obrigação de manutenção de compatibilidade entre as diversas versões de softwares.

Ainda insipiente, a política de treinamento de usuários, permitiria capacitar e atualizar os profissionais que trabalham com as atividades de TI a fazerem frente aos constantes avanços tecnológicos inerentes a esta área. Neste contexto, durante o ano de 2010, foi ministrado pelo STI treinamento de introdução a Informática, Sistemas Corporativos do DPF, Editor de Textos e Planilha Eletrônica, para um grupo de 30 funcionários cedidos/anistiados. Tal prática visa a reduzir as dificuldades existentes por parte dos usuários desta SR e das descentralizadas que não possuem treinamento adequado, o que acaba por acarretar uma sobrecarga maior ainda no suporte prestado pela área de informática deste Setor, gerando prejuízos ao bom andamento do serviço diário. O treinamento também se faz importante para que haja uma maior conscientização dos usuários para com as normas de segurança do DPF como manipulação de (Logins e Senhas) evitando que ocorram falhas que possibilitem vazamento de arquivos contendo informações privilegiadas.

O STI apóia, em sua área de competência, toda a estrutura policial na sede da Superintendência Regional e Descentralizadas, tal atendimento vem sendo prestado com regularidade, mas as dificuldades existentes na Superintendência são ainda maiores em relação às demais unidades. A criação de novas Delegacias e a chegada de novos servidores acabaram por agravar ainda mais a situação. Atualmente a Superintendência possui em suas instalações uma rede de computadores de topologia semelhante a “em estrela”, onde estão instalados aproximadamente 2500 pontos lógicos de dados e 1300 de voz. A interconexão da rede de dados é feita usando cabos UTPs categoria 5, trabalhando a velocidade de pelo menos 100 Mbps. Paulatinamente, com o avançar das obras de engenharia iniciadas em 2008, toda a rede possuirá estruturação e certificação, os equipamentos passarão a ser padronizados e os cabos deixarão de correr externamente às paredes em diversas partes desta SR, uma vez esta solução foi dada para atendimento emergencial e temporário. Infelizmente este caráter temporário e emergencial se perpetuou por longos anos, em detrimento da segurança dos dados e da velocidade de acesso, pontos mais seriamente prejudicados. Com relação à rede de telefonia não é diferente, com a distribuição maciça de fios metálicos de par trançado correndo externamente com quadros concentradores ultrapassados e que igualmente colocam a segurança em risco. Tais problemas estarão praticamente extintos após a conclusão das obras de modernização desta Superintendência Regional.

O STI ocupa atualmente salas dispersas em diversos pontos da Superintendência Regional, dificultando a gerência de recursos materiais, de recursos humanos e recursos técnicos. O volume de serviços tem obrigado a todo o efetivo do STI a se desdobrar em diversas frentes ao mesmo tempo: radiocomunicação, telefonia, gerência de redes, especificação de material a ser adquirido, gerência e assessoria de contratos de Tecnologia da Informação, manutenção de equipamentos, suporte a usuários, segurança de dados... gerando jornadas semanais que sempre superam em muito às quarenta horas semanais. Outra prática comum nos últimos cinco anos tem sido realizar serviços nas descentralizadas em viagens que ocupam os finais de semana de forma a atender as necessidades das descentralizadas evitando desgarnecer a Sede da Superintendência Regional nos dias úteis.

É importante lembrar que todos os computadores interligados à rede acessam os sistemas policiais e administrativos que rodam no Mainframe do DPF, localizado na CTI. Cabe ressaltar que os acessos aos sistemas da CTI, à Internet e Intranet têm-se mostrado por vezes demasiadamente lentos, o que tem obrigado o STI a tomar medidas que visam a contornar estas restrições de acesso. A CTI disponibilizou acessos via microcomputadores utilizando os serviços prestados pelo Consórcio da Oi e Brasil Telecom que não se encontram em funcionamento a contento.

Planejamento Operacional

O planejamento operacional na área de Tecnologia da Informação na Polícia Federal e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação estão em conformidade com a Instrução Normativa 004/2008 e são desenvolvidos pelos Órgãos Centrais, cabendo a esta UJ um perfil mais voltado à execução das atividades inerentes às áreas de Informática e Telecomunicações. Dado o grande volume de problemas relacionados a estas áreas o STI tem concentrado suas ações em resolver problemas imediatos, estando desta forma bastante limitado na sua função de planejamento.

Visando aperfeiçoar a execução das atividades de sua competência, o Setor de Tecnologia de Informação vem aprimorando o acesso às informações existentes nas descentralizadas e na SR/DPF/RJ bem como vem buscando interligar a Superintendência a outros órgãos: Tribunal Regional Federal, Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/RJ, Subsecretaria de Inteligência - SSI/SESP, dentre outros. Especificamente em 2010 foram feitas diversas reuniões com o pessoal da SESP com o objetivo de realizar ajustes visando a melhorar a qualidade do acesso da SESP aos sistemas da Polícia Federal e do pessoal da Polícia Federal aos sistemas da SESP.

Estratégia de Atuação / Metas da Unidade

Meta 1	Planejamento de manutenções preventivas periódicas nas áreas de informática e telecomunicações para as unidades descentralizadas
Justificativa	Manutenção preventiva nos equipamentos com o fim de reduzir a demanda por manutenções corretivas de equipamentos
Ações Desenvolvidas	Serão feitos cronogramas de manutenções preventivas periódicas nas áreas de informática e telecomunicações para as unidades descentralizadas
Resultados:	Serão sentidos tão logo sejam iniciadas as manutenções preventivas
Meta 2	Coleta de dados estatísticos das atividades desenvolvidas no setor nas áreas de informática e telecomunicações

Justificativa	Necessidade de apurar pontos vulneráveis na política de gestão do STI
Ações Desenvolvidas	Serão desenvolvidos sistemas de apuração de dados estatísticos nas áreas de informática e telecomunicações.
Resultados:	Serão apurados possíveis pontos vulneráveis na política de gestão do STI
Meta 3	Modernização do Parque Tecnológico de Telefonia
Justificativa	Obsolescência dos equipamentos utilizados
Ações Desenvolvidas	As aquisições de equipamentos de telefonia no ano de 2010 não conseguiram compor a ausência de aquisições nos anos de 2007, 2008 e 2009.
Resultados:	O início dos resultados será percebido ao longo de 2011, com a redução dos gastos e melhora dos serviços de telefonia nos locais que receberam os novos equipamentos: Macaé, Angra dos Reis e Volta Redonda. Pretende-se fazer a aquisição de seis novas centrais telefônicas para instalação nos locais a seguir relacionados: Campos dos Goytacazes - Rua Barão de Miracema, 158 – Centro Niterói - Praça Fonseca Ramos, S/N – Centro Nova Iguaçu - Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, 25 – Centro DEPOM - Praça Marechal Ancora, S/N - Centro Posto em Petrópolis - Estrada Airton Sena 699 – Quitandinha Superintendência Regional - Avenida Rodrigues Alves, 1 - Saúde
Meta 4	Adequação do espaço físico ocupado pelo STI com o fim de concentrar os funcionários em áreas contíguas auxiliando a gestão de material e pessoal
Justificativa	Necessidade de melhoria na gestão de pessoal e material em virtude das instalações atuais obrigarem a manutenção de material e pessoal de forma dispersa e em diversos locais diferentes.
Ações Desenvolvidas	As instalações sofreram algumas adequações reduzindo o gotejamento e a umidade existente em algumas salas, foram retirados banheiros do Setor que transformados em um banheiro externo para deficientes no quarto andar, reduzindo ainda mais o espaço do Setor
Resultados:	Durante o ano de 2010 pontos de gotejamento e umidade que poderiam provocar deterioração de materiais e problemas de saúde aos funcionários foram extintos. Serão necessárias obras de manutenção em 2011, para algumas salas usadas por funcionários e pelo depósito de material.
Meta 5	Aquisição de livros técnicos da área de informática e telecomunicações
Justificativa	Atualização dos servidores em relação às novas tecnologias.
Ações Desenvolvidas	Serão feitas solicitações de providências ao SELOG.
Resultados:	Serão sentidos tão logo sejam feitas as aquisições
Meta 6	Capacitação de Servidor
Justificativa	Necessidade de uniformização de procedimentos para os usuários de recurso de tecnologia da informação na SR/RJ
Ações Desenvolvidas	Por determinação do Senhor Superintendente Regional todos os servidores que se apresentam para lotação na SR/DPF/RJ devem passar por período de capacitação no Setor de Tecnologia da Informação com vistas a conhecer os recursos disponibilizados para o melhor desempenho de suas funções, assim como para recebimento das senhas de acesso aos sistemas de informação desenvolvidos na SR/RJ e para utilização dos recursos de telefonia.
Resultados:	Foram treinados e capacitados pelo STI trinta servidores para outros Setores, foi realizado o Curso de Resgate em Altura por ATEs lotados no Setor. Durante o ano de 2010 servidores do STI foram matriculados em cursos promovidos pelo convênio ANP/SENASP na modalidade Ensino a Distância.
Meta 7	Modernização do Parque Tecnológico de Informática
Justificativa	Obsolescência dos equipamentos utilizados
Ações Desenvolvidas	Aquisições de equipamentos com vistas a substituir os equipamentos obsoletos.
Resultados:	Foram adquiridos no ano de 2010, 100 computadores e 100 aparelhos telefônicos; no ano de 2011 será necessário adquirir mais 600 computadores e 20 switches e no ano de 2012 outros 500 computadores e outros 10 switches. Tais equipamentos a serem adquiridos visam a suprir demanda reprimida em virtude da obsolescência dos equipamentos utilizados e lotação de novos servidores nesta Unidade da Federação

Meta 8	Redução de Gastos com Serviços Prestados por Operadoras de Telefonia
Justificativa	Aplicar o princípio da economicidade com vistas a reduzir os valores gastos com serviços de operadoras de telefonia na Superintendência Regional no Rio de Janeiro
Ações Desenvolvidas	Instauração de procedimentos pertinentes.
Resultados:	Redução gradativa de cerca de 10 % dos valores gastos a cada ano, de forma que os valores gastos no ano de 2010 representam cerca de 80% dos gastos existentes em 2004, época em que o STI foi criado. Tais valores foram possíveis através de controle mais eficiente quanto a possíveis usos indevidos dos serviços telefônicos, celebração de contratos com perfis mais adequados à realidade da SR/RJ, além da redução a níveis mínimos de valores pagos a título de encargos financeiros. Há o objetivo de reduzir em mais 30% os gastos atuais com as aquisições de centrais privadas de comutação telefônica referenciadas na Meta 3 anteriormente descrita

Meta 9	Aumento do intercâmbio com órgãos da Justiça, do Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública com vistas a melhoria da qualidade das atividades de Polícia Judiciária da União.
Justificativa	Intercâmbio com órgãos ligados à atividade-fim da Polícia Federal
Ações Desenvolvidas	Estreitamento no relacionamento com órgãos ligados à atividade-fim da Polícia Federal
Resultados:	Serão apuradas possíveis melhorias na qualidade dos serviços prestados pela Polícia Federal após o estreitamento destes relacionamentos.

Meta 10	Aumento da disponibilidade e confiabilidade do uso dos recursos de tecnologia da informação.
Justificativa	Necessidade de uso cada vez maior por parte dos usuários de recurso de tecnologia da informação
Ações Desenvolvidas	Aquisição de equipamentos com maior capacidade para gerenciamento dos recursos computacionais da SR/RJ, renovação do contrato de atualização dos sistemas antivírus com vistas a reduzir os problemas causados por invasões e tentativas de fraude.
Resultados:	Foi atingido em 2010 o aumento da disponibilidade e confiabilidade do uso dos recursos de tecnologia da informação, em 2011 estão sendo através de convênio com a Coordenação de Tecnologia da Informação, colocados em funcionamento links de dados mais robustos com vistas a reduzir o tempo de resposta dos sistemas disponibilizados aos usuários.

Recursos Humanos de TI

Com relação aos Recursos Humanos na área de Tecnologia da Informação o efetivo apresenta-se em quantidade suficiente para o serviço realizado na Sede, havendo porém, insuficiência nas Descentralizadas o que obriga constantes deslocamentos de pessoal para o atendimento às necessidades. É relevante observar que para o desempenho destas funções seria necessária a disponibilização de diversos cursos de atualização tecnológica, o que até o presente momento não vem sendo possível realizar.

Existem 6 funcionários prestando serviço no STI em função de contrato de terceirização de mão-de-obra:

* Quatro telefonistas, com carga horária de 30 horas semanais e que realizam o primeiro atendimento das ligações direcionadas à Central Telefônica da UJ, sendo responsáveis cada qual por cerca de mil e oitocentos atendimentos/mês;

* Uma recepcionista e um digitador, a primeira com carga horária de 40 horas semanais e o segundo com carga horária de 30 horas semanais, que prestam apoio operacional à responsável pela fiscalização dos contratos de Tecnologia da Informação e à secretária do STI/SR/DPF/RJ.

A SR/DPF/RJ possui um contrato para atendimento a problemas básicos nos equipamentos de Telefonia e Informática. Sendo os problemas de maior complexidade resolvidos pela equipe de servidores do próprio STI/SR/DPF/RJ.

É importante ressaltar que não há carreiras específicas para a área de TI nas Superintendências Regionais da Polícia Federal, razão pela qual esta lacuna vem sendo suprida, no Rio de Janeiro, por ATEs (cargo em extinção), AAdm e APFs.

Segurança da Informação

O Setor de Tecnologia da Informação possui política de salvaguarda das informações que trafegam nas redes de telecomunicações e dados, assim como no seu armazenamento seguindo Instrução Normativa que versa sobre o assunto.

Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Esta UJ não desenvolve ou produz sistemas por determinação expressa da Coordenação de Tecnologia da Informação. Limitando-se a realizar a manutenção dos sistemas desenvolvidos antes da demissão dos programadores contratados que prestavam serviço nesta Regional.

Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

Nesta Regional não existe a terceirização de bens da área de Tecnologia da Informação, quanto a serviços, possuímos, no entanto, a contratação de mão-de-obra de telefonistas, de serviços especializados de telecomunicações, de serviços especializados na área de TI com vistas ao: tratamento de incidentes e solicitação de serviços de suporte técnico a usuários e equipamentos além

de instalação de aplicativos equipamentos.

Em relação à terceirização de mão-de-obra o STI conta apenas com o serviço de quatro telefonistas, uma recepcionista e um digitador; sendo também responsável por fiscalizar o contrato de manutenção de informática da SR/DPF/RJ com a Milênio Assessoria Empresarial Ltda. Considerando que não existem carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos desta UJ, a terceirização de telefonistas e do serviço de suporte service-desk têm o condão de suprir uma importante lacuna para que a confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos e serviço de TI mantenham-se em níveis aceitáveis.

Em todos os Projetos Básicos redigidos ou desenvolvidos pelo STI com vista às contratações de TI, encontram-se criteriosamente explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ.

Esta Regional possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI e o Setor de Tecnologia da Informação possui servidores responsáveis pela fiscalização dos contratos específicos da área de TI.

Com relação à transferência de conhecimento para servidores desta UJ referente a produtos e serviços de TI terceirizados, é importante ressaltar que existe a transferência de conhecimento em virtude de que todos os serviços somente são realizados com a estrita supervisão de um ou mais servidores do órgão.

Como consideração final, cabe à área de TI informar que, atendendo às observações contidas nos últimos Relatórios de Gestão em relação à disponibilidade e confiabilidade dos equipamentos necessários ao funcionamento da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, o STI vem acompanhando as dificuldades desta UJ na obtenção de recursos financeiros e orçamentários que atendam às necessidades desta Regional. A aquisição de aparelhos telefônicos, de computadores para usuários e servidores de rede, centrais telefônicas, assim como relembra a necessidade de contratação de cursos e treinamentos de atualização tecnológica e de serviços especializados e que fazem parte do suporte à função institucional desta Unidade Policial, desta forma ainda que com grande dificuldade vem prestando o serviço para o qual foi designado o STI.

11. INFORMAÇÃO SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ, BEM COMO SOBRE AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL VOLTADAS PARA A AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não ocorreu no período.

12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

12.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não ocorreram deliberações do TCU.

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244054	4.1.1.1	Memorando nº 086/2010-AECI/MI (29/07/2010)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Descrição da Recomendação:			
Falhas formais na instrução processual de convênios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SELOG			
Síntese da providência adotada:			
Orientação à chefia do SELOG para que determinasse ao setor responsável o saneamento imediato das falhas existentes nos convênios.			
Síntese dos resultados obtidos			
O setor providenciou o saneamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As dificuldades administrativas, encontradas nesta UG, têm como principal causa a falta de servidores administrativos especializados e capacitados para o exercício das funções logísticas da SR/RJ e suas descentralizadas. Tal fato tem sido uma das principais carências e dificuldades da atual administração, pois, além da SR/RJ não ter sido contemplada com a quantidade necessária de novos servidores, após o último concurso público, existe ainda uma dificuldade em capacitar os atuais em função da restrição orçamentária imposta à SR/RJ. Tal fato já foi oficiado à Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG do DPF.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244054	2.1.2.1	Memorando nº 086/2010-AECI/MI (29/07/2010)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Descrição da Recomendação:			
Ausência de elaboração de indicadores de desempenho para o exercício sob exame, haja vista que a SR/DPF/RJ não detêm informações sobre as atividades desenvolvidas e resultados alcançados pelos diversos setores e delegacias especializadas e descentralizadas vinculadas à Superintendência, inviabilizando a aferição da eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SELOG (após manifestação da Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG)			
Síntese da providência adotada:			
Considerando as limitações técnicas e complexidade do trabalho, tal fato foi oficiado à Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG do DPF.			
Síntese dos resultados obtidos			
Segundo informado pela DLOG, o DPF está saneando esta deficiência por meio da contratação de instituição especializada para obtenção dos indicadores.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Tal fato já foi oficiado à Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG do DPF. No caso específico, a UG aguarda providências da Diretoria de Logística.			

Unidade Jurisdicionada			
<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
<i>Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro</i>			001139
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244054	1.1.3.1	Memorando nº 086/2010-AECI/MI (29/07/2010)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
<i>Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro</i>			001139
Descrição da Recomendação:			
<i>Previsão de custos com "Treinamento/Capacitação/Reciclagem" na planilha de custos e formação de preços, em desacordo com jurisprudência do Tribunal de Contas da União e sem justificativas de sua necessidade.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SELOG			
Síntese da providência adotada:			
<i>Orientação à chefia do SELOG para que determinasse ao setor responsável o saneamento imediato das falhas existentes, evitando tal imprecisão nas futuras licitações.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>Tal equívoco será evitado nas futuras licitações.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>As dificuldades administrativas, encontradas nesta UG, têm como principal causa a falta de servidores administrativos especializados e capacitados para o exercício das funções logísticas da SR/RJ e suas descentralizadas. Tal fato tem sido uma das principais carências e dificuldades da atual administração, pois, além da SR/RJ não ter sido contemplada com a quantidade necessária de novos servidores, após o último concurso público, existe ainda uma dificuldade em capacitar os atuais em função da restrição orçamentária imposta à SR/RJ. Tal fato já foi oficiado à Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG do DPF.</i>			

Unidade Jurisdicionada			
<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
<i>Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro</i>			<i>001139</i>
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
<i>04</i>	<i>RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244054</i>	<i>1.1.3.2</i>	<i>Memorando nº 086/2010-AECI/MI (29/07/2010)</i>
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
<i>Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro</i>			<i>001139</i>
Descrição da Recomendação:			
<i>Ausência de pesquisa de preços ao menos com três orçamentos diferentes e de planilha com a composição de todos os custos, na contratação de empresa para o remanejamento da plataforma do sistema Guardião, objeto do processo de inexigibilidade de licitação nº 07/2009.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
<i>SELOG</i>			
Síntese da providência adotada:			
<i>Orientação à chefia do SELOG para que determinasse ao setor responsável o saneamento imediato dos equívocos existentes, evitando tal imprecisão nas futuras licitações.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>Tal equívoco será evitado nas futuras licitações.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>As dificuldades administrativas, encontradas nesta UG, têm como principal causa a falta de servidores administrativos especializados e capacitados para o exercício das funções logísticas da SR/RJ e suas descentralizadas. Tal fato tem sido uma das principais carências e dificuldades da atual administração, pois, além da SR/RJ não ter sido contemplada com a quantidade necessária de novos servidores, após o último concurso público, existe ainda uma dificuldade em capacitar os atuais em função da restrição orçamentária imposta à SR/RJ. Tal fato já foi oficiado à Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG do DPF.</i>			

Unidade Jurisdicionada			
<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
<i>Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro</i>			<i>001139</i>
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
<i>05</i>	<i>RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244054</i>	<i>1.1.3.3</i>	<i>Memorando nº 086/2010-AECI/MI (29/07/2010)</i>
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
<i>Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro</i>			<i>001139</i>
Descrição da Recomendação:			
<i>Inexequibilidade da proposta de preços vencedora no pregão para contratação de agentes de proteção aeroportuários e potencial retenção a menor de parcelas do INSS.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
<i>SELOG</i>			
Síntese da providência adotada:			
<i>Orientação à chefia do SELOG para que determinasse ao setor responsável o saneamento imediato dos equívocos existentes, evitando tal imprecisão nas futuras licitações.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>Tal equívoco será evitado nas futuras licitações.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>As dificuldades administrativas, encontradas nesta UG, têm como principal causa a falta de servidores administrativos especializados e capacitados para o exercício das funções logísticas da SR/RJ e suas descentralizadas. Tal fato tem sido uma das principais carências e dificuldades da atual administração, pois, além da SR/RJ não ter sido contemplada com a quantidade necessária de novos servidores, após o último concurso público, existe ainda uma dificuldade em capacitar os atuais em função da restrição orçamentária imposta à SR/RJ. Tal fato já foi oficiado à Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG do DPF.</i>			

Unidade Jurisdicionada			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244054	1.1.3.4	Memorando nº 086/2010-AECI/MI (29/07/2010)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Descrição da Recomendação:			
Aquisição/Contratação de materiais/serviços de mesma natureza, por dispensa de licitação fundamentada no inciso II do art. 23 da Lei n.º 8.666/93, caracterizando fracionamento de despesa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SELOG			
Síntese da providência adotada:			
Orientação à chefia do SELOG para que determinasse ao setor responsável o controle das dispensas por elemento de despesa, evitando tal fracionamento nos próximos exercícios.			
Síntese dos resultados obtidos			
Tal equívoco será evitado nos futuros exercícios.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As dificuldades administrativas, encontradas nesta UG, têm como principal causa a falta de servidores administrativos especializados e capacitados para o exercício das funções logísticas da SR/RJ e suas descentralizadas. Tal fato tem sido uma das principais carências e dificuldades da atual administração, pois, além da SR/RJ não ter sido contemplada com a quantidade necessária de novos servidores, após o último concurso público, existe ainda uma dificuldade em capacitar os atuais em função da restrição orçamentária imposta à SR/RJ. Tal fato já foi oficiado à Diretoria Logística do DPF e a Assessoria de Controle interno do Gabinete do DG do DPF.			

Unidade Jurisdicionada			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244054	1.1.3.5	Memorando nº 086/2010-AECI/MI (29/07/2010)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			001139
Descrição da Recomendação:			
Falhas formais na instrução processual referente às aquisições de bens e serviços.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SELOG			
Síntese da providência adotada:			
Orientação à chefia do SELOG para que determinasse ao setor responsável o saneamento imediato das falhas existentes, evitando tal imprecisão nas futuras licitações.			
Síntese dos resultados obtidos			
Tal equívoco será evitado nas futuras licitações.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As dificuldades administrativas, encontradas nesta UG, têm como principal causa a falta de servidores administrativos especializados e capacitados para o exercício das funções logísticas da SR/RJ e suas descentralizadas. Tal fato tem sido uma das principais carências e dificuldades da atual administração, pois, além da SR/RJ não ter sido contemplada com a quantidade necessária de novos servidores, após o último concurso público, existe ainda uma dificuldade em capacitar os atuais em função da restrição orçamentária imposta à SR/RJ.			

12.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final de 2010.

CONCLUSÃO

O presente relatório de gestão, acima exposto, apresenta de forma sucinta as principais ações desenvolvidas no ano de 2010 e os respectivos resultados alcançados. Mesmo diante das limitações impostas pelas restrições orçamentárias de 2010 e pela falta de pessoal, a Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro conseguiu atingir os objetivos propostos pela administração. Tal objetivo foi obtido com o comprometimento de todos servidores e medidas administrativas que possibilitaram mitigar as limitações.

Diante do quadro que se apresenta para 2011, inclusive com a maior limitação orçamentária imposta pelo governo federal, o dirigente da SR/RJ espera cumprir os objetivos propostos pela administração central para o corrente ano, vencendo mais esta etapa na gestão da polícia judiciária no estado do Rio de Janeiro.

ANEXOS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Anexado ao corpo do Relatório]

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Anexado ao corpo do Relatório]

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$

Código da UG 1: 200357		Limite de Utilização da UG: 200357			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
DOMINGOS GOMES MENESES FILHO	58029923791	12.000,00	3.650,00	4.666,94	8.316,94
GERALDO BERNARDO DA SILVA	72530308772	8.000,00	2.050,00	1.232,50	3.282,50
HENRIQUE GAMA	40959520759	5.000,00	1.500,00	2.192,00	3.692,00
JORGE JOSE SILVA FERREIRA	38273861791	8.000,00	1.920,00	1.681,89	3.601,89
JORGE LUIZ PORTO TARDAN	00475066790	4.800,00	-	-	-
JOSE CLEBER DE AZEVEDO VIEIRA	00268612757	2.000,00	150,00	1.574,35	1.724,35
JULIO CESAR MONTEIRO LOPES	07520345700	1.080,00	-	-	-
LUCIANA MOREIRA BAETA	00944739784	3.000,00	660,00	300,75	960,75
LUIZ ALBERTO	36556858749	8.000,00	2.400,00	3.916,52	6.316,52
LUIZ ALBERTO PASSOS	87737361715	5.500,00	840,00	1.206,40	2.046,40
MARCOS CEZAR VILELA DA SILVA	04242052707	1.200,00	250,00	-	250,00
NILSON RODRIGUES DE SOUZA	34162054134	12.600,00	2.690,00	5.524,60	8.214,60
PAULA MARY REIS DE ALBUQUEQUE	08168573773	600,00	50,00	-	50,00
REGIANE PEREIRA DUARTE	01667014757	500,00	30,00	-	30,00
RIZALVO HENRIQUE BARBOZA	46474900768	6.000,00	1.800,00	4.122,90	5.922,90
ROSANE RAMOS ALBERTAZZI EDRA	76888827704	15.500,00	3.640,00	4.646,88	8.286,88
WANDERSON PINHEIRO DA SILVA	01609631765	8.000,00	130,00	1.416,61	1.546,61
WASHINGTON SCHOEN MARINS	01183449780	4.000,00	-	2.169,47	2.169,47
ELCIO FARIA DA SILVA	84438843715	16.000,00	-	1.512,69	1.512,69
DIMITRI SANTOS CURY	03557781739	10.000,00	-	-	-
VALDO BERGELT RANGEL	10431101353	12.000,00	4.500,00	-	4.500,00
CARLOS EDUARDO PIRES DE ALBUQUERQUE	02810660786	10.000,00	4.290,00	2.065,18	6.355,18
DIEGO MENDES BRAGA	05315208702	8.000,00	2.000,00	5.988,32	7.988,32
BRUNO PASSOS DE ABREU	08087054741	8.000,00	4.000,00	3.992,80	7.992,80

LUIZ CLAUDIO RODRIGUEA	90942558715	14.000,00	7.350,00	5.763,10	13.113,10
MAURO DE CASTRO PORTUGAL	01347947701	10.000,00	1.400,00	-	1.400,00
CLAUDIO MARQUES CAMARA DA SILVA	00425390721	15.000,00	7.300,00	6.033,95	13.333,95
BERNARDO DA FROTA SIMÕES	07142458798	8.000,00	-	-	-
MARCIO ANDRE LOPES DE PAULA	00939915766	14.500,00	4.000,00	-	4.000,00
HUMBERTO RODRIGUES MARTELLO JUNIOR	10964166895	10.000,00	5.000,00	-	5.000,00
ELCIO FARIA DA SILVA	84438843715	1.600,00	7.000,00	4.934,00	11.934,00
ANDRE DE LUNA CASTILHO	01414193777	16.000,00	5.000,00	1.200,00	6.200,00
DIMITRI SANTOS CURY	03557781739	4.000,00	-	-	-
DIEGO MENDES BRAGA	05315208702	12.500,00	3.000,00	7.371,60	10.371,60
JOSÉ RAUL DE MORAES	91202191720	8.000,00	200,00	-	200,00
CLAUDIO MARQUES CAMARA DA SILVA	00425390721	13.000,00	4.000,00	-	4.000,00
PEDRO BLOOMFIELD GAMA SILVA	08674938795	12.000,00	6.000,00	4.000,00	10.000,00
Total utilizado pela UG		164.313,45	86.800,00	77.513,45	164.313,45
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG		0,00			
Total utilizado pela UJ					

Fonte: 0174020227 - 412

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	
2008	211	112.490,00	56	51.196,51	163.686,51
2009	285	125.437,00	120	123.266,18	248.703,18
2010	182	86.800,00	56	77.513,45	164.313,45

V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL COM RESSALVA

[Anexado ao corpo do Relatório]